

Cidadania Digital e Segurança da Informação em Situações de Emergência

Introdução

A transformação digital alterou profundamente a forma como os cidadãos comunicam, acedem à informação e participam na vida social. Atualmente, a internet, os dispositivos móveis e as redes sociais constituem canais privilegiados para a obtenção e partilha de informação, assumindo um papel particularmente relevante em contextos de emergência.

Neste cenário, torna-se fundamental promover competências de cidadania digital que permitam aos cidadãos utilizar as tecnologias de forma crítica, ética, segura e responsável. Segundo a UNESCO (2023), a cidadania digital envolve a capacidade de participar ativamente nos ambientes digitais, respeitando princípios de segurança, responsabilidade e pensamento crítico.

Em situações de emergência, como a ocorrência de um sismo, a qualidade da informação disponível pode influenciar diretamente as decisões e os comportamentos das pessoas. O acesso a informação credível contribui para uma resposta mais segura e eficaz, enquanto a disseminação de rumores ou notícias falsas pode gerar desinformação, pânico e comportamentos inadequados.

O Conceito de Cidadania Digital

A cidadania digital refere-se ao conjunto de conhecimentos, competências e atitudes que permitem aos indivíduos utilizar as tecnologias digitais de forma consciente e responsável.

De acordo com Ribble (2015), a cidadania digital assenta em princípios fundamentais relacionados com o respeito pelos outros utilizadores, a utilização

ética da informação, a proteção da privacidade e a participação ativa na sociedade digital.

A Comissão Europeia, através do quadro DigComp 2.2, identifica várias áreas essenciais da competência digital dos cidadãos, incluindo:

- Literacia da informação e dos dados;
- Comunicação e colaboração digital;
- Criação de conteúdos digitais;
- Segurança;
- Resolução de problemas (European Commission, 2022).

Estas competências são particularmente relevantes em situações de emergência, onde a rapidez da circulação da informação exige capacidade de análise crítica e tomada de decisão informada.

Segurança da Informação e Proteção de Dados

A segurança da informação corresponde ao conjunto de medidas destinadas a proteger dados e sistemas contra acessos indevidos, alterações não autorizadas ou perda de informação.

Atualmente, os dispositivos digitais armazenam uma quantidade significativa de dados pessoais, incluindo:

- Dados de identificação;
- Informações de contacto;
- Localização geográfica;
- Fotografias e documentos;
- Dados financeiros.

A utilização inadequada destes dados pode comprometer a privacidade e a segurança dos utilizadores.

Por este motivo, recomenda-se a adoção de boas práticas de segurança digital, tais como:

- Utilização de palavras-passe robustas;
- Atualização regular dos dispositivos;
- Utilização de autenticação multifator;
- Verificação da legitimidade de aplicações e websites;
- Proteção dos dados pessoais partilhados online.

Estas medidas contribuem para reduzir vulnerabilidades e promover uma utilização mais segura das tecnologias digitais.

A Informação Digital em Situações de Emergência

Durante situações de emergência verifica-se um aumento significativo da procura de informação. Os cidadãos recorrem frequentemente às redes sociais, aplicações móveis e plataformas digitais para obter notícias, recomendações e orientações sobre a evolução da situação.

Embora estas ferramentas facilitem o acesso rápido à informação, também podem favorecer a disseminação de conteúdos incorretos ou enganosos.

A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) introduziu o conceito de **infodemia**, definido como uma sobrecarga de informação — correta e incorreta — que dificulta a identificação de fontes credíveis e a tomada de decisões adequadas.

Neste contexto, a literacia digital assume um papel fundamental, permitindo aos cidadãos avaliar criticamente os conteúdos recebidos antes da sua partilha.

Exemplo Real: Os Sismos da Turquia e da Síria (2023)

Após os sismos que atingiram a Turquia e a Síria em fevereiro de 2023, as redes sociais desempenharam um papel importante na divulgação de informações sobre os impactos da catástrofe e as necessidades das populações afetadas.

Contudo, diversas organizações de verificação de factos identificaram também a circulação de:

- Fotografias de acontecimentos antigos apresentadas como atuais;
- Vídeos manipulados;
- Alegadas previsões de novos sismos;
- Informações falsas sobre operações de resgate.

A disseminação destes conteúdos contribuiu para gerar confusão entre os utilizadores e dificultou o acesso a informação rigorosa.

Este exemplo demonstra a importância da verificação da informação antes da sua partilha e evidencia o papel da cidadania digital na gestão das emergências.

Exemplo Aplicado ao Contexto Português

Imagine que, após um sismo sentido em Setúbal, recebe através de uma aplicação de mensagens uma publicação com o seguinte conteúdo:

“As autoridades confirmam que ocorrerá um novo sismo mais forte nas próximas horas. Partilhe esta mensagem com todos os seus contactos.”

Perante esta situação, um cidadão digital responsável deverá:

- Verificar a origem da mensagem;
- Confirmar se a informação foi divulgada por entidades oficiais;
- Consultar fontes credíveis, como a ANEPC ou o IPMA;

- Evitar a partilha imediata da informação.

Importa recordar que, atualmente, não existe capacidade científica para prever com exatidão a ocorrência de sismos. Assim, mensagens que anunciam previsões sísmicas específicas devem ser encaradas com particular cautela.

Como Avaliar a Credibilidade da Informação?

Antes de partilhar uma informação recebida através de meios digitais, recomenda-se a análise dos seguintes aspetos:

Quem publicou?

A fonte corresponde a uma entidade oficial, um órgão de comunicação social reconhecido ou um utilizador desconhecido?

Quando foi publicada?

A informação é atual ou refere-se a acontecimentos passados?

Existem outras fontes que confirmem a informação?

A mesma notícia é divulgada por diferentes entidades credíveis?

A mensagem procura provocar medo ou urgência excessiva?

Mensagens alarmistas tendem a incentivar partilhas impulsivas sem verificação prévia.

Existem evidências ou referências?

A informação apresenta dados verificáveis ou baseia-se apenas em opiniões e especulações?

O Papel das Fontes Oficiais

Em situações de emergência, as fontes oficiais constituem a principal referência para a obtenção de informação fiável.

No contexto português destacam-se:

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Proteção Civil Municipal;
- Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- Municípios e entidades públicas competentes.

Estas instituições possuem mecanismos de validação da informação e são responsáveis pela emissão de alertas, recomendações e orientações dirigidas à população.

Conclusão

A cidadania digital constitui uma competência essencial para a participação responsável na sociedade contemporânea. Em situações de emergência, a capacidade para avaliar criticamente a informação, utilizar fontes credíveis e adotar comportamentos digitais responsáveis contribui para a proteção individual e coletiva.

Promover a cidadania digital significa desenvolver cidadãos mais informados, conscientes e preparados para enfrentar situações de risco, reforçando a resiliência das famílias e das comunidades.

Referências

- European Commission. (2022). *The Digital Competence Framework for Citizens (DigComp 2.2): With new examples of knowledge, skills and attitudes*. Publications Office of the European Union. <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC128415>
- Ribble, M. (2015). *Digital citizenship in schools: Nine elements all students should know* (3rd ed.). International Society for Technology in Education.
- UNESCO. (2023). *Digital citizenship education handbook*. UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org>
- World Health Organization. (2020). *Managing the COVID-19 infodemic: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation*. WHO. <https://www.who.int>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2024). *Medidas de autoproteção: Sismo*. <https://www.prociv.pt>
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera. (2024). *Sismicidade em Portugal*. <https://www.ipma.pt>